

EDITORIAL

Prezado leitor,

É com genuíno entusiasmo que a Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal divulga novo número da Revista da AGU, referente ao 3º trimestre do ano de 2024.

Esta edição é inaugurada por dois artigos de autores estrangeiros, ambos peruanos, que foram convidados pela Comissão Editorial do periódico a escrever sobre temas relacionados à democracia e à governabilidade na América Latina.

No primeiro deles, o professor e ex-Ministro de Relações Exteriores do Peru, Oscar Maúrtua de Romaña, disserta sobre o papel fundamental desempenhado pelos direitos humanos na política exterior peruana, razão pela qual conclui pela necessidade da manutenção do Peru no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No segundo, o professor Jorge Manrique apresenta um conjunto de propostas tendentes à implantação de um novo modelo de processo judicial, que, inspirado nos pilares da democracia, governabilidade e governança, adotaria como prioridade a salvaguarda dos direitos fundamentais dos jurisdicionados.

Os demais artigos, sucintamente relatados a seguir, foram recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados em processo de “avaliação cega por pares”.

Adriano Lopes e Mauricio Godinho Delgado propõem a ressignificação da figura do patamar civilizatório mínimo em direção ao estabelecimento de um padrão civilizatório progressivo dos direitos trabalhistas, o qual deve ser capaz de garantir dignidade e novos direitos aos trabalhadores.

Em trabalho multidisciplinar que inclui contribuições advindas da Filosofia, da Psicologia, da Neurociência e da Economia Comportamental, Denis Moreira analisa os impactos das emoções, em especial da raiva, nas negociações tendentes à resolução de conflitos no campo jurídico.

Por meio de pesquisa empírica de enfoque qualitativo, Denise Salles e Maria Aparecida Prevot realizam mapeamento a respeito dos principais desafios suscitados durante a realização de audiências públicas quanto à efetivação do direito à moradia no Município de Petrópolis (RJ).

Diana Bello e Eugênio Battesini suscitam questionamentos à legitimidade da proteção da autonomia conferida às holdings patrimoniais. Nessa linha, defendem a viabilidade de desconsideração da personalidade

jurídica das holdings patrimoniais nas hipóteses de desvio de finalidade verificadas no âmbito administrativo.

Levando em conta as decisões consolidadas na Constituição de 1988, Eduardo Souza e Marcelo Fernandes formulam crítica direcionada à definição dos chamados contratos empresariais como uma categoria autônoma em relação aos demais contratos não consumeristas, tal como se depreende da Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/2019) e de outras propostas legislativas recentes.

Elthon Nunes e Fábio Lima debatem sobre a viabilidade e a eficiência da adoção de um modelo público de meios adequados de resolução de conflitos para ambientes altamente regulados, como é o caso do setor de previdência complementar fechada, em que assume destaque a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Emerson Oliveira e Iamara Lucena investigam os possíveis impactos econômicos e arrecadatários decorrentes da implementação do Imposto sobre Bens e Serviços, especialmente diante da inauguração de uma competência tributária compartilhada entre os entes federativos.

João Paulo Forni e Maria Tereza Dias examinam o conflito entre o princípio da isonomia no processo licitatório e o postulado da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, notadamente nas hipóteses de ausência de previsão de índices de reajuste nos editais e nos contratos administrativos.

Valendo-se da técnica de análise de conteúdo, Leandro Lima, Krishina Ribeiro e Isaura Lima dedicam-se a desenvolver uma taxonomia hierarquizada de critérios para balizar o exame de pedidos judiciais de fornecimento de medicamentos.

Mariangela Ariosi e Walter Godoy Junior exploram as possibilidades de diálogo entre os sistemas de proteção dos direitos humanos e dos direitos de propriedade intelectual. Ao final do artigo, os autores compartilham proposta de integração entre esses sistemas, de modo a atribuir aos direitos de propriedade intelectual uma tutela humanitária.

Adotando, como referenciais teóricos, contribuições extraídas das obras de Michel Foucault e de Judith Butler, Rainer Bomfim desvela questões fundamentais para as discussões relacionadas à teoria queer, que problematiza o padrão regulatório e as formas como são pensadas a sexualidade, principalmente no campo do Direito.

Por fim, considerando a centralidade do papel desempenhado pelas empresas transnacionais na economia mundial, Tatiana Campos e Marcelo Benacchio sustentam a inclusão das dimensões da fraternidade no complexo sistema econômico-cultural conhecido como *lex mercatoria*, em busca de promover os direitos humanos e de equilibrar o capitalismo.

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico, especialmente à professora Luz Amparo Llanos Villanueva, por sua indispensável colaboração na intermediação do contato da Escola com o Dr. Oscar Maúrtua de Romaña, e convida o leitor a apreciar os artigos científicos ora publicados, sugerindo o acesso à Revista da AGU eletrônica, disponível em: revistaagu.agu.gov.br.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU